

CORTESIA

IFCH - UNICAMP

A "HISTÓRIA DA REPÚBLICA": UM OBJETO, ALGUNS TEMAS, ALGUNS CONCEITOS.

Vavy Pacheco Borges
Departamento de História do IFCH

Os cem anos da República, comemorados há dois anos, nos levaram a repensar esse século de vida republicana, da qual mais ou menos um terço se passou "em regime de exceção". O fantasma dessa "excepcionalidade" ou seja, uma ditadura baseada na força militar, tem sido uma constante em nossa vida republicana até hoje. Já sua proclamação foi apontada por alguns adversários como "mera quartelada"; bom exemplo dessa posição é o livro do monarquista Eduardo Prado Os fatos da ditadura militar no Brasil, publicado em 1902.

A prática republicana teve diferentes ordens jurídico-políticas nesses cem anos; a cronologia dessas mudanças no plano institucional esconde as diversas rearticulações - "As voltas do parafuso", imagem de Maria Stella Bresciani para o período 1870-1937 - que até hoje impedem, à imensa maioria de nossa população, o exercício dos direitos da cidadania, essência da República. A luta pelo direito de cidadania chega até hoje, e os diferentes projetos que se intercalam e se rearticulam, tomando formas institucionais diversas, de uma forma ou de outra procuram excluir de uma verdadeira participação política essa imensa maioria.

Ao pensarmos sobre a república hoje em dia, numa perspectiva de entrelaçamento entre a memória, a história e a historiografia, parece-me fundamental, em primeiro lugar, uma retomada de como se trabalhou até hoje uma "História da República", ou seja, com, quando e por que esse objeto de análise foi construído, na perspectiva de uma história política e nacional. Parece-me também fundamental ver como foi pensado o primeiro maior momento de rearticulação das instituições republicanas, a chamada "Revolução de 1930", significando a "etapa final" de uma "República Velha" ou "Primeira República". Numa segunda parte procurarei sintetizar as contribuições que penso ter trazido para essa área. Nesse tão amplo percurso de institucionalização da República, minhas pesquisas se debruçam sobre um momento específico de mudanças das instituições jurídico-políticas: examino a prática política nacional e estadual, na tematização das "Revolução de 30" e "Revolução de 32".

1ª PARTE: A REPÚBLICA COMO OBJETO DE REFLEXÃO

1.1. O significado do recorte político e de uma história nacional

No currículo da graduação de História na UNICAMP existe a área de História do Brasil, e nessa, a disciplina de Brasil III, que trata do Brasil Republicano. Esse recorte, ligado ao currículo mínimo exigido pelo M.E.C., evidencia de imediato a relação do conhecimento histórico com uma visão de história política e nacional, que pode ser chamada de tradicional, bastante marcada pela análise do político-institucional. Essa forma de história está já há algum tempo desacreditada na Universidade por suas inerentes limitações e por suas fortíssimas ligações com o poder; mas, como vemos, suas marcas chegam até aqui na UNICAMP, apesar de toda uma visão crítica já antiga dessa realidade.

Por um lado, isso se explica, em boa parte, por nossa relação com a historiografia francesa, muito marcada pelo mito da "história nacional", através de uma história republicana entronizada na educação francesa a partir da Terceira República⁽¹⁾. Como essa e outras histórias européias no século XIX, a nossa é uma história nacional, a história da "nação Brasil", e sua periodização - em si mesma sempre ligada a uma concepção de história e uma forma de explicação - é a trilogia das formas políticas de organização: Colônia, Império e República. A ligação entre a concepção de história e a periodização já foi amplamente demonstrada para a chamada "História Geral" na crítica ao eurocentrismo. A tripartição de nossas formas de governo está presente como forma explicativa em nossos cursos, nossos manuais e, a partir do ensino e da divulgação, no senso-comum.

Ora, já há algumas décadas, os estudiosos mostram que essas formas de periodizar se referem somente ao aspecto jurídico-político, não dando conta de outras mudanças ou permanências em nossa sociedade. A forma de organização do Estado e do poder político não podem ser as únicas referências que permitam a inteligibilidade de nossa história, conforme Marilena Chauí, já no final dos anos setenta, apontou estar acontecendo em nossa historiografia⁽²⁾. Assim as datações das mudanças de regime ou de governos não têm a ver com todas as transformações e/ou continuidades de nossa história: a periodização pela cronologia do político-institucional pode não ter significado algum para uma história com outro tipo de preocupação, como por exemplo

(1) Isso é muito bem trabalhado por Suzanne Citron em "Le Mythe National: L'Histoire da France en Question", Les Editions Ouvrières/EDI, Paris, 1987.

(2) Marilena de S. Chauí, "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" em Marilena de S. Chauí e M. Silvia C. Franco, Ideologia e Mobilização Popular, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1978.

as histórias "do cotidiano" ou das "mentalidades". Acima de tudo, o uso dessas datações não é ingênuo e foi no caminho desse questionamento que a historiografia avançou.

Numa visão retrospectiva, pode-se perceber uma abertura progressiva da reflexão histórica no século XX, datada sobretudo a partir da chamada "Escola dos Annales". Numa procura da "pré-história" dessa "Escola", François Dosse observa que, a partir da vontade pacifista dos anos vinte, pretendeu-se ir além de uma história puramente nacional, credo pelo qual rezava a juventude francesa desde 1870⁽³⁾. Ainda segundo Dosse, o grande desenvolvimento das ciências sociais na França, depois da Segunda Guerra Mundial, foi também responsável, através, de uma intensa e já tradicional interdisciplinaridade, por esse alargamento do campo da história.

Como em geral, o percurso mais amplo da historiografia foi marcado sobretudo por suas relações com os movimentos do social, os quais mais recentemente, acabaram levando as novas reflexões sobre o espaço do político e a uma revalorização desse nível de análise, embora em sentido diverso do tradicional. As reflexões sobre a Revolução Francesa, sobre a Revolução Russa de 1917 e a crítica ao voluntarismo político tiveram papel fundamental nessa revisão. O político deixou de ser apenas o institucional. Seu campo de domínio alargou-se e sua prática enriqueceu-se, em sucessivos contactos e influências multi e interdisciplinares: são examinadas várias instâncias de poder, na visão de uma história total em que praticamente todos os campos podem ser politizados.

Assim, hoje o político aparece com os mais diversos enfoques e tendências, e trabalhado de formas não-tradicionais como as apresentadas por José Murilo de Carvalho em seu último livro A formação das almas, ao ressaltar os diversos modelos de república e a luta

(3) L'Histoire en miettes: Des "Annales" à La "Nouvelle Histoire", La Découverte, Paris, 1987

por uma implantação no imaginário social, através de símbolos, imagens, mitos de heróis, etc... Jacques Le Goff escreve em 1972 que, se a história política não é mais a "espinha dorsal da história, ela poderá ser o 'núcleo' da história"(4). Pierre Ronsavallon, em 1986, define: "o político não é uma 'instância' ou 'domínio' entre outros da realidade: é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraiza e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma"(5).

A tendência a se aderir a uma história fragmentada a ponto de ser vista "em migalhas" se relaciona com o movimento mais amplo da reflexão sobre o social, que tendeu a rever uma explicação pelo estrutural e a abandonar uma preocupação com o macro. Assim, a historiografia "de ponta" passou a recusar as grandes sínteses, a abandonar a procura de leis das transformações históricas, a buscar o único e o singular pensando como a diferença que permite o conhecimento do social e não mais como comprobante de uma visão macro ou global. E, hoje, ao abandonar a procura de leis e invariáveis, recusa-se a pensar o movimento da história como um processo linear e explicável por paradigmas como "progresso", "revolução", "desenvolvimento" que marcaram a visão finalista e europocêntrica da história a partir do século XIX. Hoje colocamo-nos diante de uma visão da história como "campo de possibilidades" e não como algo científico, plenamente determinável.

Nesse repensar mais amplo, percebeu-se que uma história política escrita sob a forma de uma biografia nacional se confunde permanentemente com a história oficial: a perspectiva oficial triunfa e acaba marcando o "sentido verdadeiro" que a história parece ter

(4) Ver "L'Histoire politique, est-elle toujours l'épine dorsal de l'Histoire?" em Jacques Le Goff L'Imaginaire medieval, Gallimard, Paris, 1985.

(5) "Pour une histoire conceptuelle du politique" Revue de Synthèse: IVe S, nº 1-2, janvier-juin, 1986.

para a sociedade em geral. Certamente a demanda social para uma história política, existente desde a Grécia antiga, permanecerá em nossa sociedade; assim, nesse sentido, é fundamental a permanente denúncia dessa perspectiva oficial da história nacional em suas diversas facetas.

1.2. Constituição e percurso do objeto:

A forma de organização da vida republicana foi repensada desde seu início por todos os que com ela se "desiludiram", em função de seus interesses, expectativas e/ou projetos. Embora esses "desiludidos" não pretendessem fazer uma análise de uma "história da República", em suas discussões e disputas vão marcando e instituindo uma "história" e uma historiografia da República, como pela primeira vez em 1964 destacou Emília Viotti da Costa, em seu artigo clássico "Sobre as Origens da República".

Uma "história da República" como um objeto específico e passível de investigação começou a existir há mais ou menos meio-século. Antes disso, a República apareceu como objeto tratado capitularmente, em obras gerais que tratam da História do Brasil; no começo do século, em Rocha Pombo (simples divulgação de documentos) e Rafael Galanti (primeiro a tratar do tema); mais tarde, em 1929, com Pandiá Calógeras e, no final dos anos trinta, com Pedro Calmom⁽⁶⁾. Em 1940 José M. Bello, político contemporâneo aos fatos, embora deplorasse a falta de um recuo temporal necessário, fez sua narração "évènementielle", sistematização do período republicano; é, como em geral então se fazia, uma história política das elites, aparentemente sem grandes entre-choques de interesses sociais; sua explicação se organiza, a grosso modo, em função dos quadriênios

(6) Odilon Nogueira de Mattos, "Algumas fontes para a história da República", in José R. do Amaral Lapa, História política da República, Papirus, Campinas, 1990.

presidenciais. A partir de então pode-se perceber a consolidação de um objeto - a "história da República" e de uma forma de trabalhá-lo.

O final da Segunda Guerra e do Estado Novo abriu um período fértil em reflexões sobre a sociedade brasileira, que se estendeu até 1964, com a produção de análises e circulação de projetos. Surgiram grandes ensaios da história do Brasil como os de Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré: nos marxistas ou não marxistas predomina a matriz dualista de interpretação de nossa história, nas mais diversas formas e que recorre a metáforas diversas. Essas exprimem uma oposição fundamental entre o Brasil "novo", "moderno", "adiantado", "progressista" ou "capitalista", versus o Brasil "velho", "arcaico", "atrasado", "tradicional" ou "semi-feudal"; a República é pensada à luz dessas oposições dualistas. A chamada "Escola Sociológica Paulista", formada a partir de Florestan Fernandes, teve grande influência nos estudos históricos; foi marcante a discussão sobre a "revolução burguesa" no Brasil e sua datação. Nesse momento o objeto "História da República" se consolida no conjunto das obras de Hélio Silva e Edgar Carone, fundamentais nesse momento inicial de pesquisas sobre o período, no qual foi significativa a presença de brasilianistas como Thomas Skidmore.

A preocupação com o estudo da República e com a história política aumentou nos anos sessenta, conforme constatou em 1973 Amaral Lapa⁽⁷⁾. Certamente o desafio de se debruçar sobre a República veio responder a necessidades, desejos de se entender o presente. Resume Fernando Novais recentemente: "Os deslocamentos temáticos expressam as pulsações mais significativas de nossa história recente. O golpe de 64 e os desdobramentos do regime militar-autoritário levaram a um como que exame de consciência da intelectualidade brasileira e dos historiadores no seu bojo. Por exemplo, o re-estudo do significado do tenentismo. Daí a preocupação

(7) A história em questão: a historiografia brasileira contemporânea, Vozes, Petrópolis, 1976.

com a história mais recente na sua dimensão política"(8). Um levantamento nosso sobre a produção universitária paulista de pós-graduação em História, feito recentemente, confirma a presença de inúmeras análises políticas.

Na segunda metade dos anos setenta cada vez mais se evidenciou que uma história política ligada ao poder institucionalizado não servia para um tipo de conhecimento histórico mais engajado e o debate sobre "para que serve a história" e "a história explica?" decretou, para muitos historiadores, a morte de uma "história política" que pudesse estar próxima da história oficial.

Nesse momento, ligado à uma movimentação política geral da sociedade e especificamente às greves de 1978 no ABC paulista, emergiu com força e se consagrou como tema o exame da "classe operária", uma nova vertente de uma história política. Em texto recentemente elaborado para uma mesa redonda do X Encontro da ANPUH em Franca em setembro de 1990, Adalberto Marson analisa o surgimento de uma produção acadêmica sobre o tema dos "movimentos sociais" e especificamente sobre o "lugar do movimento operário". Vê nessa produção um "empenho político bastante claro e assumido" "ao querer periodizar diversamente nossa história e criar outra memória que não a oficial. Marson chama esse empenho de "neo-militância". Parece-me que esse caráter engajado fez com que alguns desses historiadores ultimamente se afastassem desse tipo de história, à semelhança do que é apontado ter acontecido na França, por exemplo, por C.O. Carbonnel(9).

(8) Revista Estudos Avançados, 4, 8, jan-abril 1990, USP.

(9) Ver Jean Louis Flandrin, De l'Histoire-problème à l'approche historique des problèmes, em Gilbert Gadoffre Certitudes et Incertitudes de l'Histoire, P.U.F., Paris, 1987.

1.3. Mais um recorte político: A Primeira República

No exame da vida republicana foi feito, a partir de 1930, um recorte político muito ligado às mudanças jurídico-políticas e institucionais: criou-se, a partir da instituição da memória oficial, uma "República Velha", em oposição à "República Nova" que se queria então consagrar. A periodização do movimento de outubro de 30 como encerrando uma etapa e começando outra como uma ruptura além de uma mera mudança de regime jurídico-político é assumida pela historiografia das mais diversas tendências durante meio século. Do final dos anos sessenta em diante Carone, provavelmente por influência da historiografia francesa, criou quatro repúblicas, passando a República Velha a ser chamada de Primeira República, corroborando assim a periodização oficial e dando-lhe um tratamento a partir dos quadriênios presidenciais.

O período é pensado como uma "unidade" com poder explicativo, formando um todo articulado e coerente, expresso por suas características sobretudo políticas, econômicas e sociais. Exemplos claros: Caio Prado Júnior, em sua História econômica do Brasil, escrita em 1945, vê uma "República Burguesa", periodizada de 1889-1930 e que depois entra em crise; C. Guilherme Motta, em artigo recente, define uma "Primeira República" como uma "rígida ordem estamental-oligárquica" a qual é estribada na política do café-com-leite, dentro da "ordem capitalista moderna estimulada pela imigração européia e pelo trabalho assalariado"⁽¹⁰⁾. No campo artístico, leva-se há alguns meses em São Paulo a peça de Antonio Bivar "As raposas do café", que tem sua unidade em torno da idéia de Primeira República.

Entre os inúmeros trabalhos de análise e memórias que surgiram na década de trinta duas análises me parecem, de início, definir uma tradição interpretativa

(10) "Cultura brasileira ou cultura republicana?" in Estudos Avancados, 4-8, jan-abril, 1990, USP, SP.

e um diálogo muito antigo com o marxismo. Essas são as análises dos contemporâneos Barbosa Lima Sobrinho À verdade sobre a Revolução de Outubro e a de Virgínio de Santa Rosa, O sentido do Tenentismo, ambos publicados em 1932-1933. Barbosa Lima vê o movimento de 30 como resultante de "uma guerra de estados", uma "cisão das oligarquias regionais" causada pelo sentimento regionalista, para a manutenção ou conquista da hegemonia política. Embora negue a versão então em curso do Partido Comunista Brasileiro (o qual via o movimento como decorrente de uma disputa entre o capitalismo inglês, aliado aos paulistas, e o americano, aliado aos gaúchos), Barbosa Lima afirma acreditar "possível que, ao lado dessas causas, militassem outras, verdadeiramente subterrâneas, de uma revolta extensa e profunda contra o regime de propriedade rural e opressão capitalista"; ele ressalta uma "feição pequeno-burguesa" da revolução. Santa Rosa, em colocação que se torna clássica, vê a mudança de regime a partir de outubro de 30 como uma "revolução das classes-médias".

Nas ciências sociais dos anos sessenta, muito marcadas pela influência da sociologia, da política e da economia, a "Revolução de Trinta", vista como uma ruptura, significa a passagem de um "Estado oligárquico, liberal e federativo", com uma economia agrícola de exportação, para um "Estado autoritário e centralizado", com uma economia cada vez mais voltada para indústria. Todas as mudanças parecem explicadas a partir da simples mudança de um modelo de estado para outro; até hoje alguns trabalhos parecem se ater a explicações através dessas conceituações.

Em 1970 surgiu o trabalho pioneiro de Boris Fausto, que faz uma boa recuperação do percurso da história da chamada Primeira República em sua "história e historiografia" de 1930 até 1970: mostrou as interpretações feitas como muito marcadas pela influência do Partido Comunista do Brasil, desde a Terceira Internacional e fez uma crítica a uma interpretação dualista, pois não vê na "Revolução" uma ação da "burguesia industrial". Esse trabalho, porém, confirmou a "Revolução de 30" como momento de ruptura pondo fim à "hegemonia da burguesia do café", - única classe nacional

na Primeira República, e que se divide então em um "embate regional" (nesse ponto, certamente na esteira de Barbosa Lima). Fausto está nessa obra muito preso a uma perspectiva oficial, o que se explicita quando, em suas conclusões, afirma que a partir de outubro de 30 "o Brasil começa enfim a trilhar o caminho da maioridade política".

Alguns anos depois, Carlos Alberto Vesentini e Edgar De Decca denunciaram os laços dessa "história" e dessa "historiografia" da "Revolução de Trinta" com o poder e com a memória oficial, questionando "Trinta" como recorte provindo desses laços e denunciando a "memória do vencedor". Em comunicação no IX Encontro da ANPUH na PUC-SP em 1988, De Decca sintetizou ter querido "apagar as luzes da Revolução de Trinta" e recuperar uma outra história e uma outra periodização, não sob a perspectiva das classes dominantes, mas da classe operária. Ao se questionar a legitimidade do fato e do tema "Revolução de Trinta", também se questionou a legitimidade dos temas nesse embutidos, como o "tenentismo".

Assim, o repensar do recorte político e da evidência de seu percurso ligado ao poder resultou, na prática acadêmica de uma intelectualidade mais inquieta e atenta para as mudanças do social (embora frequentemente por essas surpreendida), na produção de uma outra alternativa de periodização e de análise. Resultou também no estilhaçar do objeto "Primeira República" ou "Revolução de Trinta" pensados como duas categorias acabadas e explicativas, embora ainda hoje muito presentes dentro e fora da academia.

2. O problema do conceitual, questão fundamental da historiografia: a historicidade dos conceitos e suas implicações

"Reconhecida a problemática da relação inextricável entre o movimento da História e a fala da História, somos impelidos a, pelo menos, duvidar das análises que tomam os 'fatos' chamados históricos como DADOS a serem explica-

dos, o que as leva a confirmar a cronologia consagrada pelo fazer a história da classe dominante. Somos nesse mesmo movimento impelidos também a questionar os TEMAS que a própria narrativa histórica nos sugere, o alcance das revisões críticas de anteriores análises de um determinado acontecimento chega, no limite, a uma interpretação diferente do mesmo acontecimento. Não chega nunca a questioná-lo enquanto construção ideológica, enquanto tema de estudo que, antes de mais nada, deve ocultar o sentido do movimento mais amplo que perde sua identidade ao ser seccionado fora de sua temporalidade específica"(11).

Sempre me atraiu a história política do estado de São Paulo e em especial a quebra da ordem jurídico-política em 30 com suas implicações, momento mais amplo de uma redefinição institucional. Incorporando a preocupação com a relação memória/história/historiografia, pareceu-me fundamental trabalhar a relação do conceitual com o documento de época, ou seja, sua própria construção.

Duas razões pessoais, além da influência do movimento inovador da historiografia, me levaram a essa escolha: primeiramente, razões de minha formação. Jamais me senti a vontade com categorias rígidas e fechadas, como por exemplo, nos anos sessenta e setenta numa discussão sobre uma "revolução burguesa" brasileira e quando essa se teria dado, ou ainda sobre uma possível subdivisão, nos anos vinte, entre uma "burguesia cafeeira" ou "burguesia industrial". Felizmente a historiografia caminhou em minha direção! Além disso, minha experiência no mestrado com o período me levou a colocar em dúvida as categorias empregadas pela historiografia, em especial "oligarquia" e "tenentismo"

(11) M. Stella M. Bresciani, "As voltas do parafuso" em Tudo é História, nº 2, Brasiliense, São Paulo, 1978. Tenentismo.

Para analisar as relações entre Vargas e os partidos políticos paulistas, usei os conceitos de oligarquia e tenentismo encontrados nos documentos e na historiografia; predominava ainda então em nossos trabalhos a influência sociológica em seu pior sentido, com uso de conceitos prontos e fechados⁽¹²⁾. O período de 1930-1932 em São Paulo é descrito como "o conflito maior entre as oligarquias e o tenentismo", vistos como as duas grandes forças políticas no país. Tanto o esquema explicativo quanto os conceitos me incomodavam demais.

Amplios demais e pouco trabalhados, mostravam de imediato sua insuficiência; a oposição esquemática, absoluta e monolítica entre os dois grupos, explicando o que se passava em São Paulo, me deixava perdida. As falas e as práticas políticas ditas "oligárquicas" ou "tenentistas" se cruzavam, deixando imprecisos os limites entre os termos. Eram insatisfatórias também as explicações dos trabalhos de história, tornando-me impossível ver uma "ação tenentista homogênea ou unificada".

Ao retomar o período, resolvi mergulhar de cabeça no problema da historicidade dos conceitos. Aproveitei os alertas e pistas de Edgar De Decca, Carlos. A. Vespentini e Marilena Chauí sobre o surgimento do termo "tenentes" e sobre a incrível persistência da explicação do período pela oposição "oligarquia versus tenentismo"⁽¹³⁾.

Parte da premissa mostrada como verdadeira algumas vezes pela historiografia e pela minha vivência: as lutas para imprimir determinadas direções a um novo governo marcam tanto o processo histórico do país como a forma de registrar e analisar o mesmo processo. Era preciso partir, portanto, do registro e da memória

(12) Vavy Pacheco Borges, Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos, Brasiliense, São Paulo, 1979.

(13) O último exemplo dessa incrível persistência é o livro de Anita Leocádia Prestes, A coluna Prestes, Brasiliense, S. Paulo, 1990.

dos contemporâneos. Assim, não foi um apego a uma história política tradicional mas meu próprio objeto que impôs o exame dos partidos políticos, de seus projetos e de sua prática no âmbito estadual e nacional. Análise o que é o exercício do poder em movimentos sociais que se auto-denominam revolucionários, retomando as formas pelas quais procuram a constituição de uma legitimidade "revolucionária". Detive-me então na curta-duração necessária a esse tipo de análise, na qual é imprescindível se acompanhar os acontecimentos das disputas políticas do dia-a-dia, durante os quais um vai-e-vem consciente e inconsciente entre os elementos em disputa faz com que uns e outros se provoquem mutuamente e mudem suas ações e reações: pois a estratégia política discursiva nasce da luta e se revelando eficaz é intensificada.

Fiquei atenta não somente ao já examinado conceito de "Revolução de Trinta" mas também a outros conceitos que me eram trazidos pelos documentos de época, muitas vezes encadeados: oligarquia/burguesia, movimento de outubro/revolução de outubro/revolução de 30, Revolução Constitucionalista/Contra-Revolução, Tenentes /Tenentismo, República Velha/República Nova, etc...

A discussão sobre uma "revolução brasileira" - a qual chega até nossos dias - é muito presente desde os anos vinte e se acirra depois de outubro de 30. Encontram-se desde menções a uma "revolução que vem aí" em anúncios publicitários, esboços de propostas mal amarradas e até mesmo propostas muito articuladas de transformação social como a do P.C.B. da "revolução proletária e camponesa"; a fala de Prestes em seu manifesto de maio de 1930 sobre uma "revolução agrária e anti-imperialista" é outro exemplo nessa linha. Essa discussão é uma presença muitíssimo marcante, pois esse é um momento de grande instabilidade política e, pela pluralidade de colocações formuladas, percebe-se que para muitos tudo então parecia possível. Isso fica muito bem ilustrado no seguinte fato: o jornal carioca o Diário de Notícias fez, em 1933, em um balanço do governo Vargas, entrevistas a personagens importantes, com as perguntas: "Para onde vai o Brasil? Para o comunismo? o fascismo? o integralismo? a democracia? o

socialismo? o federalismo? a ditadura?". Nos jornais partidários, na documentação oficial, na correspondência oficial, na correspondência da época, em memórias e ensaios - enfim, em toda a produção cultural contemporânea da luta política, tromba-se constantemente com essa discussão.

A discussão sobre revolução aparece desde o início fundamentalmente dividida entre dois conceitos: um primeiro, que vê uma revolução civil, política, estruturada a partir da Aliança Liberal, a qual deveria terminar em outubro de 30 (mais próxima, portanto, de uma noção de revolução como mudança de governo pela força) e um segundo, de uma revolução iniciada pelos movimentos militares de 22, e 24, dos quais 30 seria o terceiro momento, de cunho social e que estaria apenas começando. Em ambos os conceitos, os personagens dessa revolução são apresentados como os políticos civis, os militares envolvidos e o povo, este sempre o grande parceiro da revolução, quem a legitima e em nome de quem todos dizem falar.

A discussão sobre quem são os "revolucionários", quem pensou, falou, iniciou, desencadeou a revolução e que portanto deve conduzi-la é o leit-motiv da briga política. A grande disputa pelo título de "revolucionários" em São Paulo se dá entre a Legião Revolucionária, depois Partido Popular Paulista (P.P.P., primeiro partido a se intitular Popular). Esse movimento político partidário, iniciado em novembro de 1930 e moralmente derrotado em 23 de maio de 1932 pela Frente Única Paulista que promoveu a "Revolução de 32", foi o "estranho no ninho" da luta partidária paulista, até então monopolizada pelo P.R.P. e o Partido Democrático, P.D.). A disputa pelos cargos e posições e pelos eleitores, se evidencia a cada fonte e perpassa todas as discussões.

Para o desmontar do esquema explicativo foi fundamental o esmiuçamento do emprego do termo oligarquia antes e depois de outubro de 30, em diversas falas dos oponentes políticos. Fundamental também - é óbvio - a localização do surgimento do termo tenentismo, em meados de 31. O primeiro a falar em tenentismo é o P.D. e seus aliados, que definem o termo como uma intervenção

militar na área da política. O "tenentismo" seria a atuação dos auto-designados "revolucionários", militares envolvidos na administração política nacional após mudança de poder. Os "democráticos" ao verem a eles negada a designação de revolucionários - chave para todas as portas do poder - passam a chamar de "tenentes" seus opositores políticos, desqualificando-os e depreciando-os.

É uma estratégia que surge da luta diária, não planejada a priori ou monoliticamente instaurada. Assim, percebe-se que alguns elementos das falas de um lado passam para outro lado, no calor de um debate político acirrado, em que praticamente tudo é aproveitado como arma de luta. Essas falas aparecem em meio a acontecimentos que as provocam ou são por elas provocados, ou a elas escapam, numa relação constante. A construção desses conceitos, seus usos e seus conteúdos esteve sempre ligada à prática política; não os penso como indicadores de um "real concreto" e não me preocupei em uma "definição ontológica" do tenentismo. A história dos "sentidos do tenentismo" que acabei concretizando em meu doutoramento é a história política do momento, seu registro, sua memória - esquecendo-se isso, tem-se o conceito pronto e fechado ou seja, a-histórico⁽¹³⁾.

O P.D., através de seu jornal Diário Nacional e jornais de seus aliados (O Estado de São Paulo, o Diário Carioca dos irmãos Macedo Soares), na construção de um inimigo tenentista, recupera a oposição civil-militar existente desde o final do Império, em especial o chamado "civilismo paulista". Há uma grande discussão sobre o papel dos militares, do perigo de uma ditadura ou anarquia militar; a discussão passa pela oposição "legalismo versus militarismo". Da oposição civil/militar origina-se a oposição oligarquias/tenentismo, não de uma forma linear ou simplis-

(13) Vavy Pacheco Borges, Os sentidos do Tenentismo: memória, história e historiografia, São Paulo, 1930-1932, tese de doutoramento, mimeo, PUC-SP, 1987.

ta, nem em falas somente de um dos lados em luta. A oposição não expressa somente oposição de forças políticas, como mostra depois a historiografia, mas expressa claramente conflito social em inúmeras falas, sobretudo nas da Legião e em especial nas caricaturas de seus jornais.

No plano de minhas análises evidencia-se que a luta estadual paulista levou, no nível do discurso, à construção do "inimigo-tenentista" e, no plano da prática política, ao extremo de uma guerra civil; a relação entre o discurso e a prática fica patente exatamente a partir do exame do conceitual. Os políticos paulistas - pensados em "seus corações e mentes" - e que, antes de 30, defendiam os interesses das "classes conservadoras", ficaram sem o poder, sem empregos e sem imunidades, dentro de uma conjuntura de grave instabilidade política e econômica. A partir da perda dos privilégios da ordem federativa e através da exarcebção total do regionalismo existente na vida republicana, eles vão fazer com que as "classes conservadoras" embarquem na maquinação da "Revolução Constitucionalista".

Para tal, agitam tensões sociais que percorrem a sociedade paulista: os interesses contrariados pela perda da posição de privilégios e do controle das decisões, a crise econômica e, sobretudo, os grandes medos que então aparecem nas auto denominadas "classes conservadoras". O primeiro desses medos vem do "perigo das massas", que a Legião tenta, com grande e rápido êxito mobilizar e que lhe cofere, no dizer de um entrevistado a ela oponente, a imagem de um "tufão". O medo do "perigo militarista" é o fantasma de uma ameaça já lembrado, e que parece assustar sobretudo quando "a espada" não serve aos interesses civis. Alcindo Sodré, em A gênese da desordem, escrito em 1931, diz é próprio dos militares tudo querer despoticamente; o de homem civil, tudo submeter à verdade, à razão", numa amostra bem representativa da fundamentação que se procura dar ao "medo da espada".

O período entre 30-37 e sua "anarquia" e "caos", foi a posteriori apresentado pela história oficial como sendo o momento final da "discussão sobre a Revolu-

ção". Em 1937, em livro de louvor a Vargas, Epitácio Pessoa escreveu:

"... Com o Estado Novo, cessaram por completo as atribuições da imensa noite da revolução. Como num passe de mágica, o sr. Getúlio Vargas restituiu ao Brasil o verdadeiro sentido de sua história... Constituindo o regime de 10 novembro, o sr. G.V. chamou para si a tarefa da imensa restauração dos princípios que levaram o Brasil ao movimento de trinta, princípios que o período que sucedeu à carta de 34 pos em perigo com as inquietações que criou e alimentou em todos os âmbitos da realidade brasileira"⁽¹⁴⁾

Entretanto, em 31-32, o medo das ameaças ao liberalismo, seja pelo "fascio", seja pelo "comunismo dos tenentes" ainda estão presentes em muitas falas. A Legião é logo de início, mostrada em caricatura na revista A Careta como hesitando entre esses dois "perigos". A ameaça da alteração do padrão ou modelo político-social do liberalismo que vigora no Brasil é tensão permanente desde a década de 20. O comunismo e o fascismo aparecem então como duas possibilidades de transformação aproximadas numa grande nebulosa ameaçadora do liberalismo. O inquérito citado por Marilena Chauí na obra citada (ver nota 2), feito em 35 pelos integralistas para evidenciar sua diferença do comunismo comprova bem essa confusão.

Esses medos todos se fecham num medo maior, o medo de classe, que amarra todas essas tensões em torno da "questão social". No exame do discurso e da prática política, - totalmente imbricados - fica evidenciado quanto a oposição política passa claramente pelo social. Nos anos vinte essa questão penetrou no universo das "classes conservadoras" e, em última instância, determinou suas decisões. A discussão da "questão so-

(14) Epitácio Pessoa C. de Albuquerque, Getúlio Vargas: esboço de biografia, José Olímpio, Rio de Janeiro, 1941.

cial" tinha várias propostas e era o problema político que - em primeiro lugar - necessitava de uma resposta, sobretudo devido às instabilidades apontadas. Fica muito claro, portanto, que o conceitual em questão, assim como sua memória, são produtos históricos de uma disputa político-institucional exprimindo luta de classes acirrada a ponto do movimento de 32 ser apresentado pelo "tribuna da Revolução", Ibrahim Nobre, como "a luta de Jesus contra Lenine". Não parti de um apriori de luta de classes, pronto e rígido, mas acabei encontrando um conflito de classes expresso na construção do conceitual.

A construção de um segundo conteúdo para o tenentismo, esse com uma conotação positiva, se dá em 1932: Virgínio de Santa Rosa o definiu como a "expressão das vanguardas das classes-médias urbanas", que no momento, lutam para impor sua revolução transformadora, com a qual o autor explicitamente se alinha. Ele porém, se diz "imparcial" e "alheio à luta partidária", definindo o tenentismo a partir de uma "visão sociológica". A controvérsia sobre os sentidos do termo, que se dá no próprio momento de sua construção, mostra sua aceitação como fato e como tema de análise. Durante cerca de meio-século o tema tem um percurso na academia muito próximo ao definido por Santa Rosa.

Fora dela, as coisas se passam diferentemente. A herança de um "tenentismo", entendido como "O" tenentismo - com um único sentido, o de expressar movimentos militares revolucionários, porém, com uma conotação positiva - é disputada desde 1935 pela Aliança Nacional Libertadora e, muitos anos depois, de 1964 em diante, pelo Exército em sua história oficial e em falas de seus generais presidentes. Talvez seja por isso que, fora da academia, não se encontre a aproximação entre tenentismo e classes-médias, mas sim tenentismo como forma de intervenção militar "salvadora" na política, sentido primeiro com que ele nasceu embora, no caso, com uma conotação negativa. Além da construção e imposição do conceito e do tema, também esse percurso de meio-século vem sugerir a indissociabilidade, no campo do conceitual, entre a história vivida, a memória e a política.

